



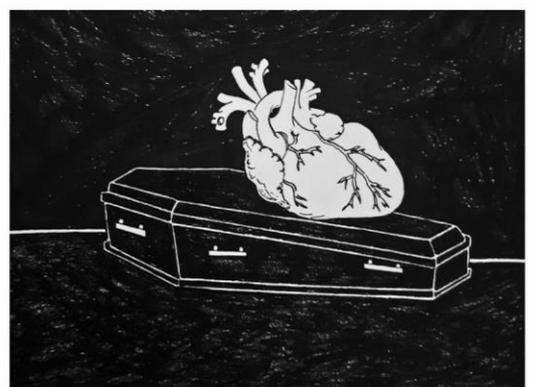
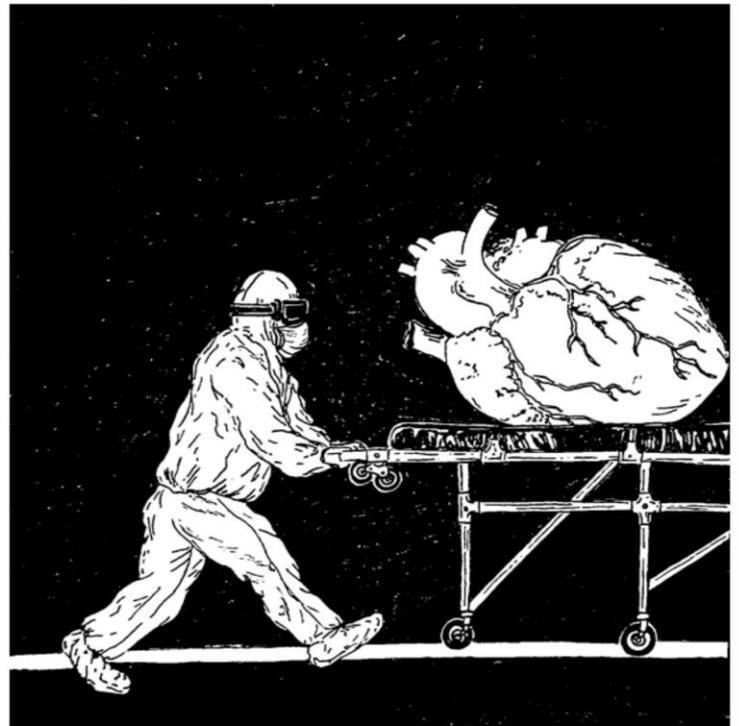
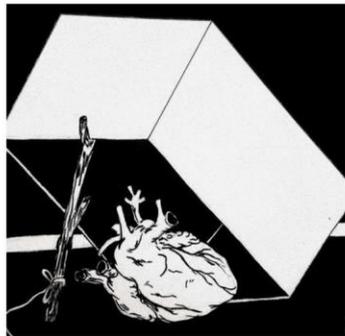
REVISTA

CULTURA, ESTÉTICA & LINGUAGENS
VOL. 07, Nº 01 - 1º SEMESTRE - 2022

ISSN 2448-1793

NOSSOS

DOSSIÊ
**Epidemias
no Brasil**
cultura e estética
das doenças



**“UM SIFILÍTICO ESCAVEIRADO QUE SE ARRASTA DOLOROSAMENTE”:
 REPRESENTAÇÕES E ESTIGMAS DA SÍFILIS
 EM PERIÓDICOS IMPRESSOS NA PARAÍBA (1920-1940)¹**

“AN EXCAVATED SYPHILITIC THAT DRAGS PAINFULLY”:
 REPRESENTATIONS AND STIGMAS OF SYPHILIS
 IN PERIODICALS PRINTED IN PARAÍBA (1920-1940)

<https://doi.org/10.5281/zenodo.6954481>

Envio: 13/04/2022 ♦ Aceite: 02/07/2022

Rafael Nóbrega Araújo



Nasceu em 27 de julho de 1995, em Campina Grande/Paraíba. Licenciou-se em História, na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), em 2017. Concluiu o mestrado em História, na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), no ano de 2020. Atualmente, cursa o doutorado em História, na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Edna Maria Nóbrega Araújo



Nasceu em 29 de junho de 1964, em Boqueirão/Paraíba. Graduiu-se em História pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em 1997. Licenciou-se em Enfermagem pela UFPB, em 1991. Bacharelou-se em Enfermagem pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), em 1988. Concluiu o Mestrado (2001) e o Doutorado (2008) em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). É professora da UEPB na área de História.

¹ O presente artigo constitui desdobramento de pesquisa em nível de mestrado realizado com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

RESUMO

A sífilis como um flagelo social e um fenômeno cultural foi uma das doenças sobre a qual mais se produziu representações, que atemorizavam os indivíduos e estigmatizavam os doentes. No presente artigo, objetivamos analisar as representações construídas em torno da sífilis, publicadas em jornais e revistas que circularam no estado da Paraíba, na primeira metade do século XX, que produziam estigmas sobre a doença e o doente. Partimos das categorias analíticas de representação e estigma para problematizar essas publicações, buscando revelar os sentidos e as sensibilidades mobilizadas em torno da enfermidade. A documentação evidencia que a sífilis foi revestida pela noção de culpa, atrelada a um pretense caráter hereditário como fator que provocaria a degeneração da raça, enquanto o doente sífilítico era relacionado aos estigmas físicos decorrentes de deformações provocadas doença.

PALAVRAS-CHAVE: Sífilis; Corpo; Estigma; Discurso Médico; História das doenças.

ABSTRACT

Syphilis as a social scourge and a cultural phenomenon was one of the diseases that most produced representations that frightened individuals and stigmatized the sick. In this article, we aim to analyze the representations built around syphilis published in newspapers and magazines that circulated in the state of Paraíba in the first half of the 20th century that produced stigmas about the disease and the patient. We start from the analytical categories of representation and stigma to problematize these publications, seeking to reveal the senses and sensitivities mobilized around the disease. The documentation shows that syphilis was covered by the notion of guilt linked to an alleged hereditary character as a factor that would cause the degeneration of the race, while the syphilitic patient was related to the physical stigmas resulting from deformations caused by the disease.

KEYWORDS: Syphilis; Body; Stigma; Medical discourse; Disease's History.

INTRODUÇÃO

A sífilis tem cinco séculos de uma expressiva história, muitas vezes horripilante e, às vezes, bufona, no limiar entre o misticismo e a medicina. Para o historiador francês Claude Quérel (1990), de todas as doenças, a sífilis é a mais social em todos os sentidos da palavra. O autor argumenta que a sífilis, mais do que qualquer outra enfermidade, provocou e continua a provocar mudanças sociais e respostas culturais, de caráter diverso, daquele pretendido pela medicina, compreendendo esta doença enquanto um fenômeno social e cultural, que mergulhada em fantasias e horrores, revelou o comportamento moral das sociedades nas quais grassou impunemente.

A partir de uma perspectiva histórica, a doença é analisada como um fenômeno social e cultural, uma construção das sociedades humanas no tempo que marcam diferenças entre os modos de sofrer e reagir às doenças, bem como as maneiras distintas de significar as enfermidades. Nesse sentido, a patente expansão do campo da História da Saúde e das Doenças no Brasil vem demonstrando a relevância histórica de discutir e problematizar os acontecimentos mórbidos como o da sífilis², apontando para um amplo leque de possibilidades de pesquisa e destacando que a doença, assim como a história, enquanto fenômeno social, também é uma construção para a qual concorrem diversos elementos temporal e espacialmente localizados (NASCIMENTO; SILVEIRA, 2004, pp. 13-14).

Partindo desse pressuposto, buscamos analisar no espaço deste artigo as representações e imagens construídas em torno da sífilis, publicadas em periódicos, que circularam no estado da Paraíba, na primeira metade do século XX, fabricando ou reforçando estigmas sobre a doença e o doente. Serão problematizados discursos médicos, notícias sobre a doença e anúncios de medicamentos antissifilíticos que timbraram as páginas de periódicos paraibanos entre as décadas de 1920 e 1940, momento que demarca o auge da luta antivenérea no Brasil.

Naquele contexto, a frequência excessiva da chamada lues venérea, no Brasil, levava à “[...] impressão de que quase todo nacional seja sífilítico” (CLARK, 1941, p. 59). A sífilis era vista como uma espécie de patrimônio imaterial, que dada a sua larga disseminação, parecia um atributo dos brasileiros, nos quais ela se apresentava de forma particularmente grave e mutilante (CARRARA, 1996, p. 101). No discurso dos sífilógrafos brasileiros, a sífilis foi identificada como o grande problema nacional, perpassando em larga medida pela doença o esforço empreendido pelas elites nacionais em retirar o Brasil do atraso. Sanear a doença tinha o significado de uma redenção sanitária, como um problema social e político da nação (CARRARA, 1997, p. 404; MARQUES, 2004, p. 282).

² A sífilis foi tema de diversos trabalhos no campo da história a partir do final da década de 1990, como exemplos: CARRARA (1996); CAVALCANTE (2003); MARQUES (2004); BATISTA (2014; 2017); AMADOR (2015); ROSS (2017); ODIA (2019) e ARAÚJO (2021).

A década de 1920 marcou a idade de ouro da sifilografia brasileira, com a consolidação deste campo, e a criação da Inspeção de Profilaxia da Lepra e das Doenças Venéreas (IPLDV), por meio do regulamento sanitário, aprovado pelo Decreto 14.354, de 15 de setembro de 1920, que norteava a luta antivenérea em todo território nacional, permitindo a multiplicação de serviços especializados e o surgimento de organização federal centralizada, cuja base se assentava, por um lado, no tratamento profilático dos doentes e, de outro, na campanha de educação sanitária. Este momento assinalou o reconhecimento oficial da especialidade e estabeleceu a obrigatoriedade da disciplina de dermatologia e sifilografia no currículo médico. Ao longo da década de 1930, desenvolve-se um período de *preservação* do campo, que conhece um gradual declínio, a partir do final da década de 1940 e sua *desarticulação*, na década de 1950, com o progressivo desaparecimento dos serviços e da figura do próprio especialista (CARRARA, 1996, pp. 93-100).

Os principais periódicos da imprensa paraibana, na época, noticiavam de forma enaltecida as novas benesses no campo da saúde pública, com especial atenção para a sífilis, tema abordado de forma recorrente em notícias, artigos, conselhos higiênicos e informes estatísticos. Para a consecução da nossa narrativa, utilizamos, principalmente, dois periódicos editados pela Imprensa Oficial do Estado da Paraíba e, portanto, vinculados politicamente às ações estatais no campo da saúde pública e importantes veículos na disseminação das ideias sanitaristas, o jornal *A União* e a revista *Era Nova*.

Tais periódicos enquanto veículos de comunicação da elite política e da classe médica paraibana difundiam uma percepção otimista em relação aos rumos da saúde pública, que materializava a expectativa por novas e melhores condições de saúde e salubridade, bem como do desenvolvimento urbano e da melhoria da infraestrutura do estado, em particular da capital, aderindo, por conseguinte, aos ideais sanitaristas (ARAÚJO, 2021, p. 89).

Neste ponto, destacamos a reflexão das historiadoras Ana Luiza Martins e Tânia Regina de Luca, que enfatizaram o papel desempenhado pela imprensa, como sendo, ao mesmo tempo, objeto e sujeito da história, visto que tais periódicos não apenas informavam o que acontecia, mas, de certa forma, também produziam os

acontecimentos que noticiavam, reforçando imaginários e construindo representações (MARTINS; LUCA, 2008, p. 8). Entendemos que os discursos sobre a sífilis, publicados nos periódicos impressos, além de almejar e promover a educação sanitária para impedir a disseminação da moléstia, também divulgavam e sedimentavam estigmas.

Em nossa análise, nos apropriamos do referencial teórico da História Cultural, buscando dialogar com o conceito de *representação social*, a partir do qual problematizamos como os discursos médicos sobre a sífilis construíram uma imagem depreciativa e estigmatizante da doença. De acordo com o historiador Roger Chartier, as representações sociais são consideradas as matrizes de discursos e práticas “[...] que têm por objetivo a construção do mundo social e, como tal, a definição contraditória das identidades – tanto a dos outros como a sua” (CHARTIER, 1988, p. 18). Através delas, classes, grupos e atores sociais atribuem sentido e significado ao mundo, que “traduzem suas posições e interesses, objetivamente confrontados e, paralelamente, descrevem a sociedade tal como ela é, ou como gostariam que fossem” (CHARTIER, 1988: 19).

Ainda de acordo com o autor, embora as representações sociais, assim elaboradas, almejem à universalidade legitimadas por um diagnóstico, que se pretende racional, elas são definidas pelos interesses dos grupos que as forjaram. Chartier ressalta, então, a necessária relação “dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza”. Desse modo “As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas), que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas” (CHARTIER, 1988, p. 17).

Nesse sentido, compreendemos ser possível analisar os discursos médicos sobre a sífilis como instâncias produtoras de sentidos e significados sobre a doença, atrelados a comportamentos e lugares sociais, práticas higiênicas, valores morais e padrões estéticos. Com efeito, tais publicações ao construir representações sobre a sífilis, imbuídos pelo ideário sanitarista de reformar o corpo social por meio de uma mudança de sensibilidade, de hábitos e práticas consideradas anti-higiênicas, criavam estigmas sobre a doença e o doente, que também desempenhavam um papel pedagógico no

combate à doença, ao horrorizar e chocar às pessoas com a imagem de deformações, associadas às manifestações secundárias e terciárias da sífilis.

Destacamos aqui o diálogo com a categoria de estigma, conforme conceituado por Erving Goffman (2013), que o caracteriza como elemento que faz referência a um atributo profundamente depreciativo, imbuído de um intuito que “[...] estigmatiza alguém para confirmar a normalidade de outrem, portanto, ele não é, em si mesmo, nem horroroso nem desonroso”. O autor identificou ao menos três tipos de estigma, quais sejam:

Em primeiro lugar, há as abominações do corpo – as várias deformidades físicas. Em segundo, as culpas de caráter individual, percebidas como vontade fraca, paixões tirânicas ou não naturais, crenças falsas e rígidas, desonestidade, sendo essas inferidas a partir de relatos conhecidos de, por exemplo, distúrbio mental, prisão, vício, alcoolismo, homossexualismo, desemprego, tentativas de suicídio e comportamento político radical. Finalmente, há os estigmas tribais de raça, nação e religião, que podem ser transmitidos através de linhagem e contaminar por igual todos os membros de uma família (GOFFMAN, 2013, p. 7).

Pelo que as fontes nos indicam, nas primeiras décadas do século XX, os sífilíticos poderiam se enquadrar em todos os três tipos de estigma definidos por Goffman (2013). Seguimos nesse particular os apontamentos feitos por Maria José Almeida (2015), que relacionou o conceito de estigma a hereditariedade sífilítica, compreendendo que as *abominações do corpo* estariam relacionadas às diversas formas sintomáticas, manifestadas pela sífilis no corpo, desde os primeiros sintomas nos órgãos genitais, passando pela fase propriamente dermatológica da doença, bem como os quadros patológicos da fase terciária, associada aos prejuízos causados nos órgãos vitais e as deformações físicas provocadas pela sífilis congênita.

As *culpas de caráter individual* podem ser associadas à figura das prostitutas, consideradas pelo discurso médico como as principais disseminadoras do mal e aos homens, cuja sexualidade tida como irrefreável, caracteriza uma paixão tirânica; ambos, portanto, seriam responsáveis pelo seu mal. Por fim, os *estigmas tribais de raça* podem ser diretamente relacionados às consequências da sífilis congênita, cujo estigma mórbido era transmitido aos membros de uma mesma família.

Feitas essas considerações, pensamos ser possível discutir como os discursos publicados, sobre a sífilis, construíram representações e veicularam imagens da doença atreladas a estes estigmas. Nosso argumento é que tais publicações recorriam à construção de uma “estética do feio”, para horrorizar e chocar seus leitores, sensibilizando-os para as nefastas consequências da sífilis. Por isso, em nossa exposição, optamos por dividir a discussão a partir de dois eixos ancorados no conceito de estigma: o primeiro, destinado às abominações do corpo; e o segundo, as culpas de caráter individual relacionada aos estigmas tribais de raça, nação ou religião.

“POIS QUE É UM SIFILÍTICO CAQUÉTICO”

Em 1920, foi publicada no jornal *A União* uma sequência de duas notícias intituladas de “Insucesso cirúrgico-dentário”, que vieram a lume, respectivamente, nos dias 8 e 11 de fevereiro daquele ano. O ocorrido envolvia um cirurgião-dentista e seu consulente atendido, na cidade da Parahyba do Norte³. O intuito inicial da notícia, como se pode ler no título, era denunciar precisamente o emprego inadequado da técnica de cirurgia dentária e as prejudiciais consequências dessa irresponsabilidade. Embora o articulista não cite o nome de nenhum dos envolvidos, não poupou tinta na denúncia. O desfecho tomado pela história nos chamou atenção pelo seu caráter inesperado. Acompanhemos o caso narrado pelo periodista:

É deveras censurável o procedimento de certos indivíduos, que não têm a proficiência técnica necessária para exercer profissões mais ou menos difíceis e vivem a explorar os incautos clientes quando estes raramente aparecem. Isto vem a propósito de um lamentável desastre cirúrgico ocorrido há poucos dias de que foi autor um jovem e inexperiente dentista desta cidade e vítima, um pobre moço proletário (INSUCESSO..., 1920, p. 2).

No início da notícia, o articulista do jornal evidencia os personagens que protagonizaram essa história: o jovem e inexperiente dentista e o pobre moço proletário. O primeiro, dada a sua suposta falta de tato com a profissão, teria sido

³ Optamos aqui pela utilização da grafia de época com “hy” para preservar a nomenclatura da cidade, diferenciando-a do nome do estado do qual era capital. Depois de 1930, a cidade passou a ser chamada de João Pessoa.

responsável por um lamentável desastre cirúrgico e causado grande sofrimento a sua vítima, o proletário desprovido de recursos. Logo no início da narrativa, o jornalista diminui a capacidade técnica do jovem dentista, lamentando que este indivíduo, sem o devido preparo técnico, explorasse os seus raros e incautos clientes que acreditavam estarem se tratando com um bom profissional. Em seguida, destrincha o malefício provocado pelo inexperiente dentista à custa da exploração de seu consulente:

Aquele dentista, tentando extrair um molar do infeliz cliente, fraturou-lhe dois ossos da face, causando grande contusão. O operado, que se acha bastante enfermo, mandou proceder à extração dos ossículos partidos e está em perigo de vida, desistindo de fazer processar seu algoz, em vista de seu estado de pobreza. Esse lamentável insucesso cirúrgico do jovem dentista vem atestar de maneira categórica quanto é prejudicial o exercício da profissão que abraçou, em má hora, certamente (INSUCESSO..., 8 fev. 1920, p. 2).

O articulista não usou meias palavras para questionar a capacidade técnica do dentista, no exercício de sua profissão, nem poupou críticas ao jovem. A situação estava posta: o inexperiente cientista arruinara a vida do operário, em decorrência do seu insucesso cirúrgico. Toda a narrativa é construída no sentido de fazer o leitor se compadecer do doente e condenar o dentista.

Destacamos dois pontos importantes, que é preciso ter mente na leitura dessa notícia: a população da cidade e a tiragem do jornal. Em 1920, a população da cidade da Parahyba do Norte era de 52.990 habitantes (BRASIL, 1928, p. 259), deste total, 35.662 não sabiam ler nem escrever e apenas 17.328 eram alfabetizados (BRASIL, 1920b, p. XXIV). O jornal *A União*, diário de maior circulação na cidade, possuía uma tiragem de mais de cinco mil exemplares⁴. Calculamos que deveria haver, aproximadamente, 943,57 exemplares do jornal em circulação para cada 10.000 habitantes. Considerando

⁴ O jornal *A União* foi fundado em 1893 pelo então Presidente do Estado, Álvaro Machado, “[...] para ser o porta-voz do Partido Republicano e apoiar a gestão de seu fundador como presidente da província” (ARAÚJO, 1986, p. 41). O jornal tinha caráter político e noticioso e era editado pela Tipografia Oficial do Estado. A tiragem do jornal *A União* era de 5.000 exemplares, a maior da Paraíba, seguido dos jornais *O Norte* e do jornal católico *A Imprensa*, ambos com tiragem de 2.000 exemplares, *Correio da Manhã* e *Liberdade* com 1.500 exemplares, todos diários editados na cidade da Parahyba do Norte e o *Tempo*, editado na cidade de Esperança, com 1.000 exemplares (*A União*, 24 fev. 1931).

o porte da cidade, possivelmente essa notícia circulou e se fez conhecer entre seus cidadãos, mesmo entre aqueles iletrados, posto que as práticas de leitura sejam apropriadas de diferentes maneiras⁵.

Apesar de não citar nomes, podemos inferir a possibilidade de que a população conhecesse ou soubesse de quem se tratava o cirurgião-dentista, referido pela notícia que, como se pode ver pela tônica do jornal, teve sua reputação questionada. E dizemos isso, pois, depois de publicada a história no jornal, o jovem dentista procurou a redação para se defender das denúncias. O articulista assim se expressou após conhecer a versão do dentista, em segunda notícia publicada três dias depois, também, sob a epígrafe de “Insucesso cirúrgico-dentário”:

Um dia desses, sob essa epígrafe, estampamos uma notícia *in bona fide*, que aqui nos foi trazida pelo próprio interessado, dizendo-se vítima de um erro de ofício de certo jovem cirurgião dentista desta capital. Vimos em tempo desfazer o engodo em que fomos logrados, denunciando com evidente injustiça um esperançoso profissional, que começa, e por quem ontem fomos procurados para uma explicação definitiva do caso (INSUCESSO..., 11 fev. 1920, p. 1).

A notícia, dessa vez publicada na primeira página, se retratava com o dentista pela injustiça cometida argumentando ter caído em logro, por ter depositado boa fé, na história denunciada pelo operário, que fora operado pelo cirurgião. Note-se de que se tratava da “explicação definitiva do caso”. Ou seja, não haveria espaço para o operário se defender. O motivo foi expresso nas linhas seguintes do jornal:

O cliente queixoso, cujo nome não vem a peito declarar, operado pelo cirurgião de quem se trata, foi vítima do seu próprio estado de auto-infecção, pois que é um sífilítico caquético, já atacado de necrose ou podridão dos ossos, conforme atestados clínicos que nos persuadiram a esta ratificação (INSUCESSO..., 11 fev. 1920, p. 1).

A notícia termina com o pedido de desculpas do articulista, em nome do jornal, ao dentista, o qual “suscebilizamos involuntariamente por uma pérfida informação”. Como se vê, não era necessária nenhuma explicação. Mesmo que o dentista tenha

⁵ Para Chartier (2004, p. 173): “A leitura não é uma invariante histórica – mesmo nas suas modalidades mais físicas –, mas um gesto, individual ou coletivo, dependente das formas de sociabilidade, das representações do saber ou do lazer, das concepções da individualidade”.

realizado uma intervenção cirúrgica no operário e eventualmente possa ter incorrido em erro profissional, como inicialmente noticiado, o fato alegado pelo jornal de que o operário se tratava de um sífilítico caquético, anulava qualquer necessidade de contraprova. Eis uma boa amostra de como a sífilis estigmatizava os doentes.

Diante das provas, conferidas pelos “atestados clínicos”, da podridão e necrose dos ossos, provocados pela sífilis, do referido operário, não havia motivo para se compadecer da história, relatada de uma fratura da ossatura facial, informada pelo trabalhador inicialmente, nem que esta realmente resultasse de um erro profissional do dentista. Culpado, pois doente, o operário sífilítico era responsável pelo seu próprio infortúnio, cuja imagem na cidade, provavelmente, ficara marcada negativamente, não somente pela incorrida perfídia exposta pelo jornal, mas, sobretudo, por ter seu diagnóstico revelado. Não obstante, o jornal informar que “não vem a peito declarar” o nome do operário, é plausível que os habitantes da cidade soubessem ou, pelo menos, viessem saber de quem se tratava o “sífilítico caquético”.

Como afirmou Nilson Alves de Moraes (2012, p. 58), “o jornal produz, qualifica, valoriza ou desvaloriza interlocutores, projetos e atores sociais”. De acordo com o autor, no campo da comunicação, algumas notícias são destacadas como merecedoras de tratamento noticioso, enquanto outras, não. As notícias selecionadas perpassam os interesses representados e defendidos pelo jornal.

Nesse sentido, destacamos que o jornal *A União* possuía um forte vínculo com os ideais higienistas, conforme apontado anteriormente, voltado para a promoção da saúde, o combate às doenças e a educação sanitária da população paraibana. Se o intuito inicial da notícia era denunciar o trabalho do dentista, acabou condenando o operário ao opróbrio social relegado pelo estigma da sífilis, relacionado às manifestações físicas da doença, que deformavam o corpo enfermo. A notícia, em certo sentido, contribuía para propagar o ideal higienista ao noticiar as graves consequências da enfermidade para os leitores.

Esta representação, aliás, do sífilítico caquético com ossos apodrecendo ou apodrecidos, parecia ser o lugar comum no discurso médico. Em coluna publicada em 1940, também no jornal *A União*, o médico oftalmologista Higino da Costa Brito, ao

discorrer sobre o que ele chamava de “os magnos problemas de assistência-social”, descrevia as cenas horripilantes e o cortejo de desgraças a que estaria legada a população sem as ações da medicina social:

Os que podem e os que têm contribuído desta ou daquela maneira para a mais rápida solução dos problemas de assistência médico-social estão, de certo modo, trabalhando para o seu próprio bem-estar. Porque estão lutando para remover de suas vistas os deprimentes quadros de tristeza e miséria que lhes conturbam o prazer cotidianamente. Um esmoleiro, faminto e sujo que nos bate a porta, um paludado trêmulo e pálido de fome e de frio, um tuberculoso que passa por nós deixando em torno os miasmas destruidores de seus pulmões apodrecidos, um leproso triste mutilado que nos causa horror, *um sífilítico escaveirado que se arrasta dolorosamente* [...]. (BRITO, 1940, p. 3, grifos nossos)

O cortejo de estigmas relacionados à doença e condição social continua quase indefinidamente no artigo do médico. Sua grande preocupação é que o esforço, em torno da assistência médico-social, contribuiria para promover o bem-estar daqueles que eram praticamente obrigados a ver estes, nas palavras de Higino Brito, “deprimentes quadros de tristeza e miséria”. O problema não era a tristeza e a miséria em si, advindas de condições sociais e mórbidas, mas a forma como elas conturbavam o prazer cotidiano daqueles que ocupavam as camadas mais abastadas da sociedade. Tais imagens horripilavam e chocavam esses atores sociais.

O discurso do médico mais parece extraído da obra *Estética do feio* (1853), de Karl Rosenkranz, que segundo Umberto Eco, em sua antologia *História da feiúra* (2007, p. 16) “[...] passa das definições abstratas para uma fenomenologia das várias encarnações do feio, que ele nos faz entrever uma espécie de “autonomia do feio”, que o transforma em algo bem mais rico e complexo que uma série de simples negações das várias formas da beleza”. Vejamos como Rosenkranz define a fealdade provocada pela doença, em particular, pela sífilis:

La enfermedad es causa de la fealdad siempre que ésta tenga como consecuencia una deformación del esqueleto, de los huesos y los músculos, por ejemplo, en la tumefacción de los huesos de los sífilíticos, en lãs devastaciones gangrenosas. [...] Las más horribles deformidades son causadas sin duda alguna por la sífilis, porque

no solo produce nauseabundas erupciones cutáneas, sino también putrefacciones y destrucciones oseas (ROSENKRANZ, 1992, p. 77).

Rosenkranz estabelece que a doença seja causa do feio quando modifica de modo anormal a forma, conforme destacado no trecho acima citado. A partir deste excerto, percebemos as semelhanças entre a caracterização da fealdade provocada pela sífilis, no autor, com aquilo que era propagado nas notícias e artigos publicados pela imprensa paraibana, especialmente no que se refere a deformações ósseas dos sífilíticos, consoante noticiado pelo jornal *A União*. Ao nos depararmos com o relato no jornal da situação do operário tido como “sífilítico caquético”, nos parece que estamos diante da categorização postulada na *Estética do feio*.

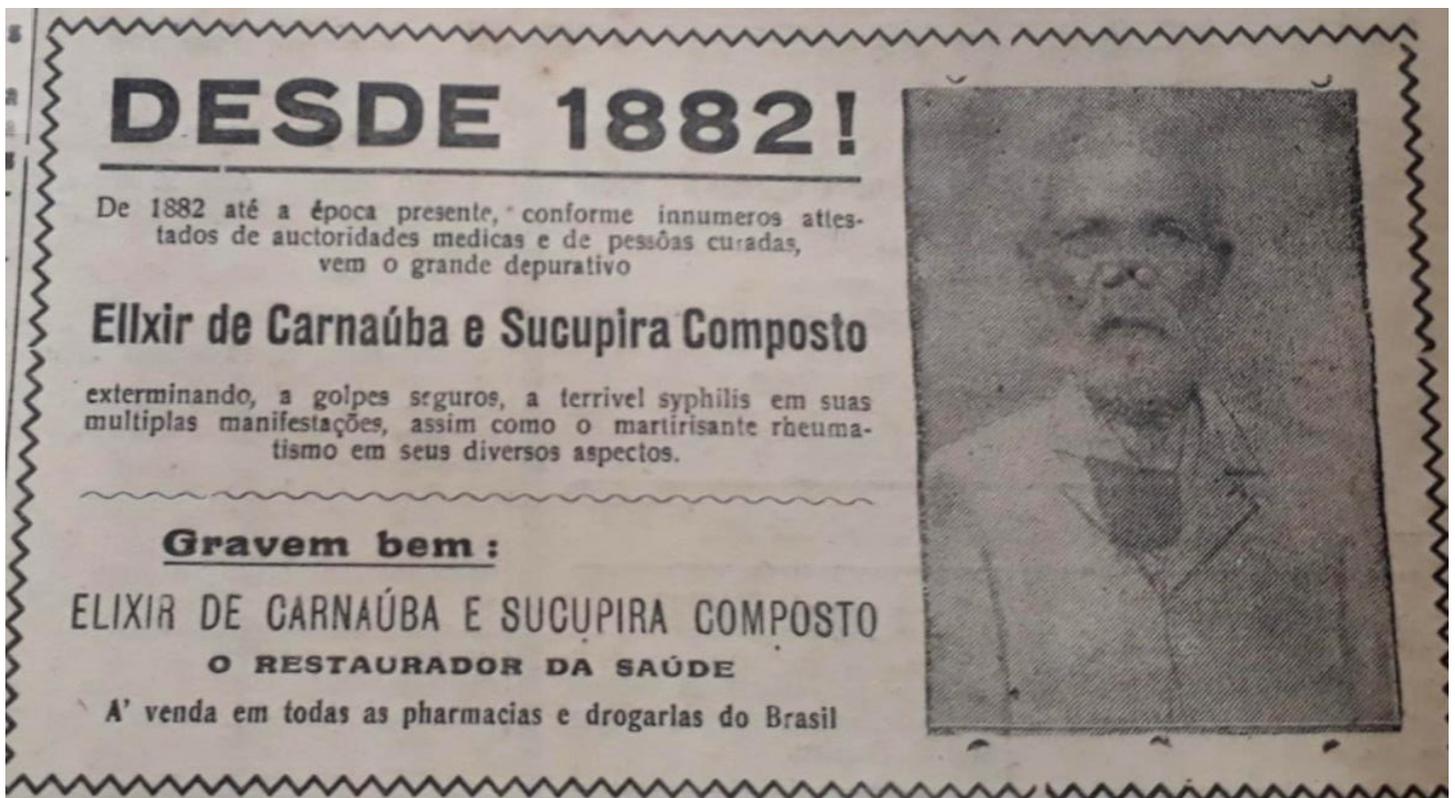
Entendemos que essas representações da doença se dirigiam à sensibilidade do público leitor do jornal no intuito de chocá-lo, horrorizá-lo com os estigmas pretensamente decorrentes das deformações físicas provocadas pela sífilis. Nesse sentido, as colocações de Maria Izabel Branco Ribeiro (2012) são importantes para compreender o papel das imagens das doenças, que uma vez entendidas como entidades abstratas, não podem ser configuradas por si mesmas, passando a ser retratadas por meio de alegorias, manifestações de sintomas, estigmas sociais, aspectos culturais e convenções.

De simples incômodo até espelho da desdita, flagelo da natureza, maldição divina e inimigo temido, a doença fornece argumentos para cenas que mobilizam sentimentos, capturam o olhar, fascinam os sentidos e promovem o encontro com forças de magnitude. Palco de terror, estímulo à curiosidade mórbida, baluarte da piedade, fascínio pelo perigo, alívio pela salvação, exaltação da culpa ou da vingança, essas imagens são situações construídas com os recursos formais de seu momento, dentro de códigos de representação de espaço e figura humana preestabelecidos, manejando com habilidade os limites entre o permitido e o proibido para alcançar os resultados almejados (RIBEIRO, 2012, p. 65).

A sífilis enquanto alegoria para cenas mobilizadoras de sentimentos negativos, visando capturar o olhar através do choque e do horror materializado nas deformações físicas da doença, estava imbuída também de um papel pedagógico ao despertar o medo e a repulsa com essas representações.

Tal intento é mais patente na utilização da imagem de doentes estampadas em anúncios de medicamentos vendidos como antissifilíticos em jornais e revistas, como demonstra o caso da publicidade de *Elixir de Carnaúba e Sucupira Composto*. O medicamento anunciado se tratava de um preparado de ervas de caráter medicinal, que levava em sua fórmula, especialmente, a carnaúba e a sucupira de propriedade dos farmacêuticos paraibanos, José Francisco de Moura e Antônio José Rabello Sênior, produzido na Drogeria Rabello, na capital da Paraíba (NÓBREGA, 1979, p. 310). Vejamos:

Figura 1: Anúncio de Elixir de Carnaúba e Sucupira Composto



Fonte: DESDE 1882, 05 março de 1929, p. 3.

Conforme anunciado, os fabricantes enfatizavam a longevidade do produto, que estava no mercado desde 1882, portanto, mais de quatro décadas, alegando curar a sífilis em suas mais diversas manifestações. No texto anunciado, destacam-se os inúmeros atestados das autoridades médicas e de pessoas curadas, que utilizando o

Um sífilítico escaveirado....

“grande” depurativo *Elixir de Carnaúba e Sucupira Composto*, vinham exterminando a “golpes seguros” a terrível sífilis e o martirizante reumatismo.

A imagem que acompanha o anúncio salta aos olhos do leitor. Trata-se da fotografia de um homem trajando uma camisa em andrajos, provavelmente negro e em idade avançada, como denotam o cabelo e barba possivelmente grisalhos, cujo nariz apresenta uma deformação. Na verdade, a imagem é a representação de uma ausência, a falta das narinas do homem que teriam sido supostamente “corroídas” pela sífilis.

Como subtexto, conforme apontamos em trabalho anterior, a imagem direcionada para encontrar o olhar leitor, buscava mobilizar seus sentimentos mais negativos em relação à doença. Dirigia-se ao seu olhar no intuito de chocá-lo. Encarar aquele rosto timbrado no jornal teria como propósito despertar no leitor o sentimento de pavor em contrair a doença diante da fotografia aterradora do homem sem nariz. Considerando-se que um remédio destina-se a quem o busca, na esperança da cura, ao imaginarmos um leitor que já estivesse doente, é possível que este fosse tomado por um sentimento de angústia, como se olhasse o espelho e contemplasse o resultado da futura decomposição do seu rosto por obra do *T. pallidum* (ARAÚJO, 2021, p. 201).

Segundo Ricardo Batista, as características da representação da sífilis, nos anúncios de medicamentos, geralmente vinham acompanhadas de “[...] desenhos e fotografias, que também compunham a propaganda, variavam entre a representação de corpos marcados pela primeira e segunda fase da doença” (BATISTA, 2017, p. 110). É o caso desse anúncio do *Elixir de Carnaúba e Sucupira Composto*, no qual está timbrada a materialização das nefastas consequências da sífilis, que segundo o discurso médico-higienista, quando não matava, aleijava e deformava.

De acordo com Denise Sant’Anna (2011), a propaganda de medicamentos, que ganhou espaço crescente nos periódicos, ao longo das primeiras décadas do século XX, foi fundamental na disseminação da ideia que associava a doença à feiúra, logo, à infelicidade, à tristeza e ao sofrimento. A maioria destes anúncios exibia figuras humanas que apresentavam o corpo atacado pela doença, como é o caso do anúncio acima exibido, consistindo em “[...] silhuetas enfraquecidas, olhares tristes e rostos contorcidos por dores insuportáveis” (SANT’ANNA, 2011, p. 308).

Portanto, a fotografia de um homem com o rosto marcado pela doença serviria como elemento retórico para causar o medo, o pavor, o espanto e a repugnância do leitor em relação à sífilis. Alertava-se, assim, a partir do olhar e do imaginário, os leitores do jornal para os perigos da doença.

**“TENHA PENA DE SUA ESPOSA E FILHOS”:
 A SÍFILIS DOS INOCENTES**

Outra ainda era a estratégia para atingir o público leitor, especialmente, do sexo masculino, em relação aos perigos da sífilis por meio do apelo moral. Em uma peça publicitária, publicada nas páginas da revista *Era Nova*, anunciava-se um preparado conhecido como *Elixir 914*, medicamento composto de ervas, plantas e raízes brasileiras, as quais entravam na sua composição Salsaparrilha, Cipó-Cravo, Caroba, Nogueira, Samambaia, Pé de Perdiz⁶ e outras plantas com poder depurativo e tônico, com o seguinte argumento:

Tenha pena de sua esposa e de seus filhos. Tome o ELIXIR “914”. Em cada 10 nascimentos, 9 crianças nascem mortas quando os pais são sífilíticos. Evita-se a mortandade tomando o ELIXIR “914”. 95% dos abortos provêm da sífilis. O ELIXIR “914” evita abortos. De cada 100 indivíduos com sífilis 90 estão propensos à tuberculose. O ELIXIR “914” é um tônico poderoso contra a essa terrível moléstia. Tratar a sífilis sem injeções e sem atacar o estômago é o tratamento ideal. E isso só se consegue usando o ELIXIR “914”. O ELIXIR “914” é usado nos hospitais e receitado pelos grandes especialistas em sífilis. Não ataca o estômago, não contém iodureto. Agradável como licor. (TENHA PENA..., 15 out. 1922, s./p., grifos nossos).

Explícito já na primeira linha do texto anunciado, o estigma carrega uma forte culpa de caráter individual, que pesa sobre os indivíduos do sexo masculino, notadamente no papel de marido e pai de família. Trazendo uma sequência de estatísticas relativas à frequência da mortandade infantil, aborto e coinfeção tuberculosa, o anúncio argumenta que todos esses empecilhos seriam facilmente evitados com o tratamento realizado com o produto anunciado.

⁶ Durante o período colonial a terapêutica antissifilítica consistia, principalmente, em vegetais nativos. Dentre os mais usados, destaca-se a caroba (*Jacaranda brasiliana*) e a salsaparrilha (*Smilax officinalis*) (SANTOS FILHO, 1977, p. 185).

Um sífilítico escaveirado....

O fato do anúncio se dirigir aos homens de forma explícita pode ser explicado pelos papéis sociais e de gênero atribuídos aos indivíduos do sexo masculino e feminino, naquele contexto histórico. Os homens possuíam uma maior liberdade sexual, tendo sua virilidade mensurada pelo número e desempenho dessas experiências. Dessa forma “[...] relações sexuais de homens com várias mulheres não eram só permitidas, como frequentemente desejadas”. Por meio dessas relações, os rapazes “desenvolviavam todas as familiaridades proibidas com as “moças de família” (DEL PRIORE, 2017, p. 467).

Esse fato tornava os homens alvos preferenciais do discurso médico visando o combate à sífilis. Como argumentou Alain Corbin (1981, p. 134), a moralidade social, ao conceder alguma liberdade ao sexo masculino, tornava a confissão de má conduta feminina mais difícil, o que levou os médicos a enxergar a responsabilidade paterna e, conseqüentemente, privilegiar o papel masculino na transmissão da sífilis. Dessa forma, a responsabilidade moral do indivíduo iria muito além do seu próprio destino, pois sua conduta sexual passa a ser ditada por um destino genético de longo prazo e a ansiedade, que acompanha o pensamento da culpa moral, é acoplada ao remorso que ele sente em relação a sua prole (CORBIN, 1981, p. 147).

Do igual modo, compreendemos que o discurso do médico Elpídio de Almeida, que chefiou o Dispensário Eduardo Rabello, na década de 1920, aponta no mesmo sentido quando defendeu a adoção do exame pré-nupcial como um costume social, pois diante da ineficiência dos legisladores no Brasil, deveria haver uma ampla propaganda na imprensa, a quem “cabia tomar de ombros essa tarefa gloriosa”, pois a divulgação desta “salutar medida” contribuiria para modificar os hábitos e costumes da população com relação à adoção do exame de sanidade dos nubentes, para assim:

[...] convencer os pais, dizendo todos os dias que não devem assentir no casamento de suas filhas sem que o pretendente exiba um atestado médico, assegurando não sofrer de moléstia contagiosa, ou nociva aos descendentes. Desse cuidado adviria grande bem, não só para os cônjuges, como também para a posteridade. Evitar-se-ia assim, que moças sadias se casassem com indivíduos no período contagioso da avaria, ou no estado de amolecimento da tuberculose, gerando em vez de crianças risonhas e felizes, seres degenerados e inúteis. Tornemos necessário o exame pré-nupcial, como indispensável à efetuação do matrimônio, e teremos concorrido, poderosamente, para o aperfeiçoamento moral e físico de nossa raça (ALMEIDA, 1921, s./p.).

O discurso do médico pretendia fomentar uma consciência para a necessidade da realização do exame pré-nupcial, apelando para o caráter moral no âmbito familiar, cuja ideia central passava pelo convencimento dos pais a respeito do perigo a que estariam expondo suas filhas, ao consentir no seu casamento, sem se assegurar do passado mórbido dos pretendentes. Afinal, segundo o discurso médico, os rapazes que iniciavam a vida sexual de maneira precoce, antes do casamento, poderiam carregar o agente etiológico da sífilis, que contaminaria sua futura esposa, tornando-se ameaça nociva para os seus descendentes. Desse modo, o discurso do médico reclamava o estigma das culpas de caráter individual também para a família da noiva, que ao permitir o casamento sem a exigência do atestado de sanidade nubente, também estaria tomando parte na transmissão dos caracteres hereditários mórbidos da sífilis e, portanto, na degeneração da raça.

Acoplado ao estigma das culpas de caráter individual estariam, precisamente, os estigmas tribais de raça, nação ou religião, identificados aqui com as manifestações da sífilis hereditária ou adquirida ainda na infância. Nessa perspectiva, este estigma seria consequência daquele, na medida em que a sífilis hereditária seria a materialização da falta dos genitores. Nas palavras do médico José Maciel:

[...] se vai pouco a pouco oferecendo luta intensa ao terrível flagelo da humanidade, que vem ao mundo de forma avariada: são os infelizes heredo-sífilis, sofredores inconscientes e vítimas dos seus não menos inconscientes progenitores. Se aqueles são dignos de nossos sentimentos de comiseração, outros se nos apresentam ainda mais merecedores: são os inocentes infeccionados (MACIEL, 1922, s./p.).

A fissura presente no discurso médico, que buscava culpar o doente pelo seu mal, estava no fato de que a sífilis não se manifestava somente naqueles indivíduos, que seriam considerados pela moral dominante como “merecedores do mal”. A doença também infectava mulheres casadas, idealizadas como castas e, sobretudo, crianças. Como explicar que um ser inocente pudesse receber como castigo uma doença venérea? Na imprensa paraibana, em artigos como o do médico José Maciel, apareceram representações que traduziam essa consequência da chamada sífilis dos inocentes. Eram os “heredo-sífilis” e os inocentes infeccionados. Se aqueles eram dignos dos

sentimentos de comiseração, por parte da classe médica, sendo vítimas inconscientes de seus pais, mais merecedores ainda se apresentavam estes que contraíam a doença de maneira acidental, por pura falta de sorte.

Nas páginas da imprensa, nos deparamos com notícias e relatos que ilustram a assim chamada sífilis dos inocentes, nas suas duas representações. Uma delas, conta a história da menina Bernadette, que ganhou as páginas do periódico paraibano *O Jornal*, em 1925. Era noite do dia 24 de abril de 1925 quando o senhor Pedro Martins Viégas, morador da avenida Zilda, no bairro do Jaguaribe, na cidade da Parahyba do Norte, procurou os redatores do jornal no intuito de revelar-lhes uma história, que iria estampar uma das notícias da edição do dia seguinte, intitulada: “Uma vítima do desamor de mãe e da perversidade de um sedutor”. O homem contou aos redatores que estava:

Criando há três meses a pequena Bernadette, filha de Maria das Dores Ribeiro, hoje residindo em Barreiras, e uma das vítimas do muito conhecido tte.Viégas, da Força Pública do Estado, foi ontem intimado pelo sr. dr. Efigênio Carneiro da Cunha, zeloso delegado do 2º distrito, a comparecer a delegacia de sua jurisdição para atestar se a pequena era espancada por sua mulher Maria Galvão Viégas, conforme denúncia de João de tal, um estivador, que o tem ameaçado e agredido abertamente e procurando tirar á força bruta, de sua casa, a menina Bernadette. Como tivemos ocasião de observar, Bernadette não apresenta nenhum vestígio de espancamento e sim muitas manchas e feridinhas de sífilis hereditária. (UMA VICTIMA..., 25 abr. 1925, p. 8)

A notícia relata que Pedro Martins Viégas procurou o referido jornal, após ser intimado pelo delegado de política, para se defender das acusações que sua esposa, Maria Galvão Viégas, agredia a menina Bernadette. Ao invés de marcas de espancamento, o que a criança possuía era, na verdade, manchas e feridinhas decorrentes de sífilis hereditária. Os estigmas hereditários da doença passaram por marcas de violência. A história dessa criança ilustra exemplarmente a representação da sífilis dos inocentes, mais precisamente da figura do “heredo-sifilítico”. A menina era uma vítima sem culpa do terrível flagelo da humanidade.

Como é de conhecimento médico, as lesões cutâneas que caracterizam a sífilis congênita podem estar presentes desde o nascimento (AVELLEIRA; BOTTINO, 2006, p. 116). A preocupação de Pedro Viégas, ao se defender das acusações, foi procurar os

articulistas do periódico para esclarecer que a menina Bernadette não era espancada, mas sim, apresentava “manchas” e “feridinhas”, manifestações sintomáticas da sífilis constatadas na criança desde o nascimento. Segundo o discurso médico, casos como o da menina Bernadette mostravam que:

A origem mórbida dos degenerados é a tradução clara da procedência sífilítica hereditária, na maioria dos casos. Muitas deformidades físicas, notadamente, da parte superior do corpo e merecendo especial atenção os estigmas faciais, destacando-se dentre eles, em primeira linha, os dos maxilares e arcadas dentárias, são flagrantes indícios de sífilis hereditária (MACIEL, 1922, s./p.).

Para o médico José Maciel, a origem mórbida dos degenerados se traduziria na procedência da sífilis hereditária dos rebentos, ou seja, a prova viva de que a criança tida como “degenerada” seria filha de pais sífilíticos. As marcas da sífilis manifestadas no corpo, sobretudo, na parte superior e com ênfase à face, seriam indícios flagrantes de um caso de sífilis hereditária, como ocorreu no caso da menina Bernadette, narrado nas páginas do periódico *O Jornal*, que para a sua infelicidade, os seus sintomas luéticos foram confundidos com traços de espancamento.

Segundo o historiador Ricardo Batista, os “heredo-sífilis” ou sífilíticos hereditários eram vistos “[...] como criaturas degradadas ou não desenvolvidas. Os médicos acreditavam que a sífilis hereditária implicava a parada de desenvolvimento físico e também mental, contribuindo para a multiplicação de sujeitos integrantes de uma raça inferior” (BATISTA, 2017, p. 116).

Ao que parece, o discurso dos periódicos pretendia provocar, no leitor, o medo das consequências temíveis da sífilis devido à imprevidência com a higiene sexual e, ao mesmo tempo, despertar o sentimento de compaixão pela inocente criança sífilítica. Mas, para citar novamente o médico José Maciel, se aqueles eram dignos dos sentimentos de comiseração dos leitores e da população paraibana, ainda mais dignos se apresentavam os inocentes infeccionados, que adquiriam a avaria de forma acidental, às vezes, no ato aparentemente seguro de aleitamento, necessário à manutenção da vida do petiz. Recorremos, uma vez mais, ao relato do supracitado médico para analisar o estigma da sífilis, na representação do inocente infeccionado:

Uma senhora amamentava seu filhinho, uma criança robusta de organização forte, admirável, e, certa vez, compadecida pelo estado de miséria fisiológica de um infeliz rebento, emagrecido, esquelético mesmo, de sua vizinha, ofereceu-se, espontaneamente, para amamentá-lo também; e assim o fez. Qual não foi o seu espanto, dias depois, vendo que seu filhinho se ia definhando rapidamente? Pois bem; procurando sem demora, na policlínica mais próxima, a explicação provável de fato tão contristador para sua alma de mãe carinhosa teve a desoladora informação médica de que seu filho estava contaminado de sífilis! Aflita, com tão grave estado do filho, procurando descobrir o meio de como se havia contaminado o pequeno, chegou, a certeza de que ela própria tinha sido a causadora de tamanha infelicidade! É que amamentando o filho da vizinha, que era uma sífilítica completa e de cujas mazelas já participava a criança, se havia infeccionado na mama e pela mesma as transmitindo ao seu inocente filhinho que nascera absolutamente sadio (MACIEL, 1922, s./p.).

O relato do médico, que argumentava ser “constantemente verificado na clínica”, frisa que o contágio sífilítico poderia se esconder por trás de um, aparentemente inofensivo, ato de aleitar uma criança. O documento chamou a atenção para as adversidades que poderiam assaltar o corpo, alterando roteiros e as histórias de vidas de pessoas “inocentes”, ou seja, que não haviam adquirido sexualmente a doença e nem se enquadravam no papel de indivíduos considerados suspeitos de portar o *treponema*.

Entendemos que casos como o narrado pelo médico, na revista, serviria ao propósito de mobilizar sentimentos de comiseração, com a história, e fomentar a sensação de medo na população diante do flagelo da sífilis, construindo e reforçando estigmas sobre a doença e o doente. O documento informa que a contaminação pela sífilis estava para além do estereótipo vinculado à prostituição. Era possível contrair a doença em um ato cotidiano e aparentemente desprovido de qualquer perigo: a amamentação.

Esta preocupação era recorrente, como pudemos atestar em outro artigo de autoria do médico Arne Enge, remetido pelo Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), de São Paulo, para o jornal *A União*. Em comunicação intitulada “A sífilis infantil”, o

médico salientava que o problema da sífilis nas crianças era uma questão que preocupava demasiadamente os médicos “[...] não só pela sua frequência entre nós, como pelo perigo do contágio que suas manifestações oferecem” (ENGE, 1940, p. 2), posto que:

[...] as manifestações mucosas das vias respiratórias e digestivas superiores, que apresentam grande perigo de contágio. Entre essas, a coriza ou defluxo sífilítico é o mais perigoso pela facilidade de ser transmitido pelo lenço. Os outros objetos de uso da criança, principalmente os bicos e chupetas, podem ser veículo de transmissão, quando a criança apresenta manifestações gomosas na boca. O mesmo acontece com as manifestações cutâneas, especialmente as papulosas ou papulo-ulcerosas, pelo hábito de banhar-se a criança na banheira de uso geral da família (ENGE, 1940, p. 2).

A criança sífilítica, apesar de ser considerada uma vítima inocente do mal, devido aos estigmas da doença, também era tida como um elemento de contágio em potencial, pois os fluídos corporais e os objetos, principalmente aqueles que tinham contato com a mucosa da boca e do nariz do petiz, seriam veículos de transmissão da terrível espiroqueta, ou seja, os estigmas que marcavam seu corpo poderiam ser transmitidos indefinidamente.

Para o médico, conhecer esses aspectos era de suma importância para resguardar as famílias, pois “Ao contrário do que acontece na idade adulta, a sífilis adquirida na criança, é uma afecção puramente familiar...” (ENGE, 1940, p. 2). As reticências na citação são do próprio médico, o que dá a entender que mesmo a sífilis adquirida na infância, é gestada na família (uma espécie de herança maldita), que caracteriza um claro exemplo de estigma tribal de raça, nação ou religião, por apresentar traços transmitidos pela linhagem, que poderiam contaminar todos os membros com o mesmo parentesco.

No discurso do médico, tocar os lábios de uma criança sífilítica teria o mesmo significado metafórico que um beijo da morte. O dr. Arne Enge cita um exemplo de virulência impressionante de sífilis adquirida como uma “afecção puramente familiar”:

Apesar da raridade da sífilis inicial na infância, conhecemos algumas observações interessantes que elucidam convincentemente quais os cuidados que é preciso ter quando existe alguém, no ambiente familiar, suspeito ou já com diagnóstico de sífilis adquirida. Sabemos, por exemplo, de uma criança com sífilis congênita cujas manifestações bucais infectaram uma tia, sua ama voluntária, na falta de leite materno. Essa senhora adquirindo a sífilis no bico do seio, transmitiu-a a seus dois filhinhos, ao seu marido, e faleceu de uma hepática sífilítica (ENGE, 1940, p. 3).

A partir do discurso do dr. Arne Enge, é possível constatar a transmissão do estigma da sífilis entre os membros de uma mesma família. Diante do quadro alarmante da infecção sífilítica, disseminada entre os membros da mesma casa, o discurso chama a atenção para a necessidade de conhecer os cuidados, que era preciso tomar para evitar tamanho inconveniente. O fragmento ainda reforça nossa posição, ao evidenciar o emprego do uso da representação dos estigmas da sífilis, no intuito de alertar ao leitor para os perigos acarretados pela doença.

Diante do exposto, fica evidente que a sífilis não se tratava de uma doença que sancionava aqueles considerados culpados pelo mal, ora, mesmo que em seu papel de flagelo social a sífilis não fosse misteriosa, posto que “Contrair sífilis era uma consequência previsível, a consequência, em geral, de fazer sexo com um portador da doença” (SONTAG, 2007, p. 53), a possibilidade que se apresentava de que a enfermidade pudesse se espalhar para o seio da família, contaminando-a, gestou a preocupação dos discursos médicos de cuidar exatamente dos inocentes infectados, que seriam aquelas vítimas inconscientes e sem qualquer responsabilidade de terem contraído o mal.

Segundo Magali Engel (2004, pp. 57-69), os médicos se viam diante da interdição de caráter moral imposta pelos valores cristãos, sustentada pela crença de que a sífilis e as doenças venéreas deveriam ser encaradas como uma punição divina para a libertinagem e, em decorrência desse motivo, não deveria ser prevenida e nem curadas. O argumento básico utilizado pela classe médica, para sustentar que a prostituição e as doenças venéreas deveriam se tornar objeto da medicina, caracterizava-se pela preocupação em relação às chamadas

“vítimas inocentes”, da sífilis e das doenças venéreas, que não se encaixavam no perfil de uma vida sexual desregrada e, mesmo assim, se viam aplacadas pela marcha fatal dessa enfermidade.

Nesse sentido, destacamos o discurso do dr. Borges Vieira, do Serviço de Divulgação do Departamento de Estatística e Publicidade da Paraíba, para quem a sífilis, no Brasil, se via menos que em outros países presa a “velhos preconceitos” e, por isso, se poderia falar abertamente em doenças como essa, cujo enunciado do próprio nome implicaria um sinal de constrangimento, com efeito:

A sífilis, doença por muito tempo considerada erroneamente como vitupério, deve ser encarada, e não há razão em contrário, como outra qualquer infecção, tal a febre tifóide, a difteria, etc. Mesmo o cunho de pecado, com que muito se a incriminou não é nada em relação à legião de inocentes, homens, mulheres e crianças, principalmente estas, que pagam tributo a tal flagelo. Compete à sociedade, num dever de solidariedade, de amor, vir em auxílio dos seus componentes e ajudar a extirpar o mal, que desce ao âmago de sua carne e chega mesmo a estancar a sua vitalidade (VIEIRA, 1938, p. 3).

Embora houvesse algum esforço, por parte dos discursos médicos, de desacoplar a representação da sífilis dos estigmas, que relacionavam a doença como castigo pela conduta individual, um tributo pago por uma falta, um erro ou pecado do doente, naturalizando a doença como “outra qualquer infecção”, perpetuava-se a caracterização do enfermo como alguém que configurava um estorvo para a sociedade, onerando-a tanto com sua profilaxia, quanto com o seu tratamento, como destacado no excerto abaixo:

Ao lado desse enorme ceifamento de vidas, e conseqüente desbaratamento da economia, pois o homem é um capital, devemos considerar ainda os estados de miséria física e moral que ela provoca, os prejuízos que acarreta à sociedade, não só pelos dias de trabalho que se perdem na inação decorrente da doença, como pelo custo de milhares de infelizes, alienados, paralíticos, degenerados, sífilíticos em manicômios e hospitais mantidos pela coletividade. [...] A nação despovoava-se pela esterilidade dos doentes. Por outro lado, é comum, em sífilíticos, a constituição de prole que nasce já morta ou inviável ou, se porventura nasce com vida, sucumbe em grande parte, logo nos primeiros dias de contacto com a vida exterior. Cerca de 95% das mortes ocorridas no primeiro mês de vida extra-uterina são atribuíveis a sífilis. E, os que conseguem transpor esse obstáculo, são em grande

parte indivíduos estigmatizados, doentes verdadeiros, que vão construir peso à sociedade e atestar a decadência da raça (VIEIRA, 1938, p. 6).

Os esforços médicos, no sentido de naturalização da doença, e sua transformação em um flagelo social, em nada dirimiam ou diminuía o estigma da sífilis e o opróbrio social associado ao seu diagnóstico, conseqüentemente “[...] manteve-se o discursos das “monstruosidades” até cerca dos anos 1940” (MARQUES, 2004, p. 283). Como o próprio discurso médico constata, mesmo que a sífilis não devesse ser tratada como um vitupério, uma infâmia para o indivíduo, este continuava estigmatizado como um fardo, que a sociedade carregava, e cujos membros precisavam se esforçar numa missão de dever e compaixão, em auxílio desses “milhares de infelizes” “sífilíticos caquéticos”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A documentação consultada aponta para a presença constante de representações e estigmas da sífilis, nos discursos médicos, veiculados sobre a doença, na imprensa paraibana. Evidenciamos o interesse dessas publicações, que embora travestidas em pretensos sentimentos de comiseração para com os doentes e a doença, construía e reforçavam a imagem nefasta da doença, responsabilizavam o enfermo pelo mal e a partir da assimilação do horror despertado pela sífilis, buscavam alertar a população para o perigo, no entendimento dos médicos, completamente plausível de degeneração da raça.

FONTES:

A IMPRENSA na Parahyba em 1931. **A União**, João Pessoa, n. 46, ano 41, 24 fev. 1933, p. 8.

ALMEIDA, Elpídio de. A necessidade do exame pré-nupcial. **Era Nova**, Parahyba do Norte, s./p., ano 1, n. 3, 1 maio 1921.

BRASIL. **Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio**. Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento do Brasil realizado em 1 de setembro de 1920. Rio de Janeiro: Tipografia da Estatística, 1929. 4 v., pt. 4.

BRASIL. **Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio**. Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento do Brasil. Realizado em 1 setembro 1920. Rio de Janeiro: Tipografia da Estatística, 1928. 5 v., pt. 4, II t.

BRITO, Higino da Costa. Um flagelo esquecido. **A União**, João Pessoa, n. 195, ano 48, 1 set. 1940, p. 3.

DESDE 1882. Elixir de Carnaúba e sucupira composto. **A União**, Parahyba do Norte, 5 mar. 1929, p. 3.

ENGE, Arne. A sífilis infantil. **A União**, João Pessoa, n. 268, ano 48, 30 nov. 1940, p. 2.

INSUCESSO cirúrgico-dentário. **A União**, Parahyba do Norte, n. 31, ano 28, 8 fev. 1920, p. 2.

INSUCESSO cirúrgico-dentário. **A União**, Parahyba do Norte, n. 33, ano 28, 11 fev. 1920, p. 1.

MACIEL, José. Os heredo-syphilis. Syphilis dos inocentes. **Era Nova**, Parahyba do Norte, s./p., ano 2, n. 28, 15 jun. 1922.

SÓ TEM doenças venéreas quem quer. **A União**, João Pessoa, n. 282, ano 46, 18 dez. 1938, p. 6.

TENHA PENA de sua esposa e filhos. Tome Elixir "914". **Era Nova**, Parahyba do Norte, s./p., ano 2, n. 35, 15 out. 1922.

UMA VÍCTIMA do desamor de mãe e da perversidade de um sedutor. **O Jornal**, Parahyba do Norte, p. 8, 25 abr. 1925. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=169870&pasta=ano%20192&pesq=%22Victima%20do%20desamor%22&pagfis=662>. Acesso em: 21 de jul. 2021.

VIEIRA, Borges. Considerações sobre o problema da sífilis. **A União**, João Pessoa, n. 282, ano 46, 18 dez. 1938, pp. 3-6.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria José S. S. P. **A heredosífilis no Brasil do século XIX: estigmas, valores e comportamentos**. Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História – Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios. Florianópolis, 2015.

AMADOR, Luiza Helena Miranda. **“Degenerados e Contagiantes”**: a luta contra a sífilis no Pará (1915-1934). Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará. Belém, 2015.

ARAÚJO, Fátima. **Paraíba, imprensa e vida**. João Pessoa: A União, 1986.

ARAÚJO, Rafael Nóbrega. O terrível flagelo da humanidade: discursos médico-higienistas e o combate à sífilis na Paraíba (1921-1940). São Paulo: e-Manuscrito, 2021.

AVELLEIRA, J. C.; BOTTINO, G. Sífilis: diagnóstico, tratamento e controle. **Anais Brasileiros de Dermatologia**. Rio de Janeiro, v. 81, n. 2, pp. 111-126, 2006.

BATISTA, Ricardo dos Santos. **Mulheres livres**: uma história sobre prostituição, sífilis, convenções de gênero e sexualidade. Salvador: EDUFBA, 2014.

BATISTA, Ricardo dos Santos. **Sífilis e Reforma da Saúde na Bahia (1920-1945)**. Salvador: EDUNEB, 2017.

CARRARA, Sérgio. A geopolítica simbólica da sífilis: um ensaio de antropologia histórica. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**. Rio de Janeiro, v. 3, nov. 1996 – fev. 1997, pp. 391-408.

CARRARA, Sérgio. **Tributo a Vênus**: a luta contra a sífilis no Brasil, da passagem do século aos anos 40. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996.

CAVALCANTE, Else Dias de Araújo. **A sífilis em Cuiabá**: saber médico, profilaxia e discurso moral (1870-1890). Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 2003.

CHARTIER, Roger. “Do livro à leitura. As práticas urbanas do impresso (1660-1780)”. In: CHARTIER, Roger. **Leituras e leitores na França do Antigo Regime**. São Paulo: Editora UNESP, 2004, pp. 173-234.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. 2 ed. Algés: Difel, 1988.

CLARK, Oscar. Alguns dados relativos à frequência da sífilis no Brasil. **Anais da I Conferência Nacional de Defesa Contra a Sífilis**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1941, pp. 59-64.

CORBIN, Alain. L’hérédosyphilis ou l’impossiblerédemption. Contribution à l’histoire de l’héréditémorbide. *Romantisme*, n. 31, pp. 131-150, 1981.

ECO, Umberto. **História da feiúra**. Rio de Janeiro: Record, 2007.

ENGEL, Magali. **Meretrizes e doutores**: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890). São Paulo: Brasiliense, 2004.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. “A espécie em risco: a sífilis em Curitiba nos anos 1920”. In: NASCIMENTO, Dilene Raimundo; CARVALHO, Diana Maul de (Orgs.). **Uma história brasileira das doenças**. 1ª ed., v. 1. Brasília: Paralelo 15, 2004, pp. 277-294.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de (Orgs.). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

MORAES, Nilson Alves de. “Doença e medo: charges, sentidos e poder na sociedade midiática”. In: MONTEIRO, Yara Nogueira; CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (Orgs.). **As doenças e os medos sociais**. São Paulo, Editora FAP-UNIFESP, 2012, pp. 37-60.

NASCIMENTO, Dilene Raimundo. SILVEIRA, Anny Jackeline Torres. “A doença revelando a história. Uma historiografia das doenças”. In: NASCIMENTO, Dilene Raimundo; CARVALHO, Diana Maul de (Orgs.). **Uma história brasileira das doenças**. Brasília: Paralelo 15, 2004, pp. 13-30.

NÓBREGA, Humberto. **As raízes das ciências médicas na Paraíba**: medicina, farmácia, odontologia e farmácia. João Pessoa: Ed. Universitária UFPB, 1979.

ODIA, Mariana Mariano de Oliveira. **Uma história da sífilis na cidade de Manaus**: prostituição, controle e tratamento (1922-1934). Dissertação (Mestrado em História), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2019.

PRIORE, Mary del. **Histórias da gente brasileira**. Volume 3: República – Memórias (1889-1950). Rio de Janeiro: LeYa, 2017.

QUETÉL, Claude. **The history of syphilis**. Baltimore, Maryland: The Johns Hopkins University Press, 1990.

RIBEIRO, Maria Izabel Branco. “Arte e doença: imagineiro materializado”. In: MONTEIRO, Yara Nogueira; CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (Orgs.). **As doenças e os medos sociais**. São Paulo: Editora FAP-UNIFESP, 2012, pp. 61-82.

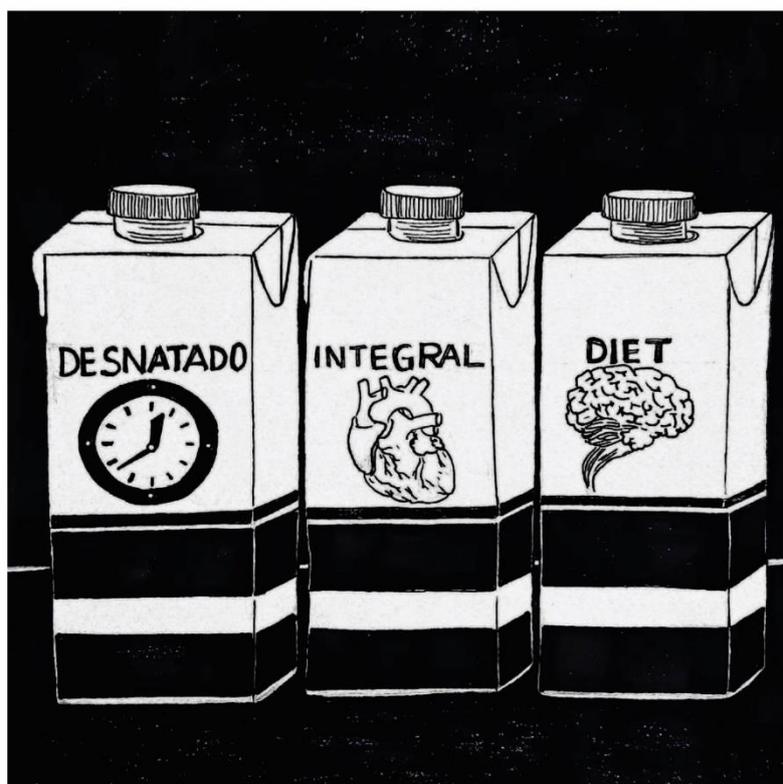
ROSENKRANZ, Karl. **Estética de lofeo**. Sevilha: Editorial Julio Ollero S.A, 1992. Disponível em: <https://docplayer.es/48418537-Karl-rosenkranz-estetica-de-lo-feo.html>. Acesso em 11 de abril de 2022.

ROSS, Sílvia de. **Sífilis, o mal de todos**: tema médico-científico nacional, discussões e práticas educativas no Paraná na primeira metade do século XX. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2017.

SANT’ANNA, Denise Bernuzzi de. “Higiene e higienismo entre o Império e a República”. In: PRIORE, Mary del; AMANTINO, Márcia (Orgs.). **História do corpo no Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

SANTOS FILHO, Lycurgo Santos. **História Geral da medicina brasileira**. v. 1. São Paulo: Hucitec, 1977.

SONTAG, Susan. **Doença como metáfora. Aids e suas metáforas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.



Artista: Rondinelli Linhares

Da série *Porque há o direito ao grito. Então eu grito.* 2020/2022.
Marcador e nanquim sobre papel. 20x20 cm